

10

CAPÍTULO

Em terreno minado: incoerências e conflitos ideológicos nos dizeres científicos e midiáticos sobre a norma do português brasileiro

Alexandre Cohn da Silveira
Charlott Eloize Leviski
Julia Izabelle da Silva
Cristine Gorski Severo

10.1 INTRODUÇÃO

Embora as pesquisas sociolinguísticas no Brasil já tenham percorrido um caminho longo e deixado relevante legado para a área, há ainda muito a ser feito, sobretudo no que tange a um maior diálogo com as práticas educacionais e políticas de ensino de língua materna. No entanto, a consolidação de uma real interface entre a Sociolinguística e o ensino perpassa um problema que não é apenas conceitual, mas, sobretudo, político: a questão da norma. Longe de ser um terreno exclusivo de linguistas e gramáticos normativistas, o assunto da norma linguística ultrapassa os muros da academia e ganha sentidos e nuances diferenciados, em variadas instâncias e dizeres sociais. As relações de poder inscritas nos diversos

espaços sociais – sobretudo os espaços institucionalizados e as mídias de massa – não apenas são constituídas por aquilo que Milroy (2011) chamou da ideologia ou cultura da língua padrão, como também cumprem um importante papel em constituir e legitimar tal ideologia.

Dessa forma, retomar a discussão sobre o conceito de norma apresentado pela Linguística, bem como estabelecer diálogos com outros saberes e dizeres, científicos ou não, pode trazer reflexões e contribuições para os rumos pretendidos pela pesquisa sociolinguística, avançando no enfrentamento dos desafios políticos que o ensino de língua materna impõe. Tendo isso em vista, problematizamos neste capítulo o conceito de norma da língua portuguesa brasileira, lançando, para isso, um olhar reflexivo sobre o Projeto da Norma Urbana Oral Culta (NURC) e o discurso da mídia. Nosso objetivo centra-se, portanto, tanto na ampliação dos estudos que revelam as incoerências e flutuações que existem sobre o conceito da norma no âmbito das teorias linguísticas, como na exploração dos discursos científicos e não científicos que circulam socialmente e que contribuem para a legitimação e continuidade da hegemonia da norma.

Para isso, ao longo do capítulo, analisamos duas instâncias sociais que consideramos colaborar significativamente para o controle, a produção e a promoção dos discursos e das práticas referentes à norma do português brasileiro: a instância acadêmica e a instância midiática (mídia jornalística de massa). Toma-se como ponto de partida a discussão sobre o conceito de norma a partir de um olhar histórico e conceitual; em seguida, apresenta-se o Projeto NURC, cujo foco tem sido a construção de um corpus de descrição da norma culta urbana falada; por fim, problematizam-se os discursos midiáticos contemporâneos sobre a norma, em especial os discursos de ataque à Sociolinguística e aos linguistas, acusados de serem doutrinários de uma ideologia de esquerda, algo que, a nosso ver, constitui não apenas uma desautorização da ciência produzida pela Linguística, como também, e principalmente, uma poderosa estratégia de distorção ideológica. Não pretendemos esgotar o tema, mas problematizá-lo à luz de um confronto entre os saberes acadêmicos e as apreciações midiáticas, apontando para a dimensão política do conceito de norma e de seus usos.

10.2 OS CONFLITOS DA NORMA: INCOERÊNCIAS POLÍTICAS E CONCEITUAIS

Visto ser um terreno bastante escorregadio e polêmico, o debate acerca da norma ainda revela a existência de um descompasso entre conceitos, teorias e práticas. A conceituação sobre as diferentes normas revela limites muito tênues, envolvendo os conceitos de norma linguística, padrão, “curta” e culta. Nesta

seção, revisitamos tais conceitos a partir de um olhar histórico, apontando para as diferenças entre eles e para o papel que a instância política desempenha no debate sobre o tema.

Sucintamente, o processo político de criação da norma padrão no Brasil remete ao século XIX, no qual prevaleceram as ideologias do policiamento gramatical e do prescritivismo linguístico. A formação de uma elite letrada propiciou discursos conservadores e corretores sobre as atitudes linguísticas, com base em um padrão rígido que se distanciava da realidade dos usos da língua, quase que elevado a uma língua prototípica brasileira. O surgimento da noção de norma padrão, extremamente artificial, estava vinculada ao uso da norma lusitana literária, reforçando o poder simbólico de uma elite branca e eurocêntrica (PAGOTTO, 1999). Vemos em ação uma política linguística que pretendia silenciar as variedades faladas por uma sociedade brasileira miscigenada de origem africana e indígena, no sentido de instaurar uma norma padronizadora (FARACO, 2008).

A despeito da realidade histórica normativa brasileira, em pesquisa compreendendo o período da constituição do Império (1824) à constituição da República (1891), Pagotto (1999) aponta que o texto da Constituição republicana se assemelha mais a um padrão lusitano do que a Constituição do Império. É relevante também refletir que, dentre os promotores do uso da norma lusitana, estavam Rui Barbosa (principal redator da Constituição de 1891), Joaquim Nabuco e Olavo Bilac, ou seja, as principais instâncias divulgadoras da norma padrão lusitana eram o meio jurídico, jornalístico e literário (PAGOTTO, 1999). Ressalta-se que a defesa da norma lusitana foi fortemente contestada por escritores nacionalistas da fase literária do Romantismo brasileiro, como Gonçalves Dias, José de Alencar e Joaquim Norberto Souza e Silva. José de Alencar foi, inclusive, considerado o inventor da língua brasileira, pelos usos estilísticos que fazia de expressões faladas no Brasil (PINTO, 1978).

A ideologia da padronização das línguas foi um artefato poderoso utilizado para a criação dos Estados modernos. A existência de um padrão de língua representando uma nação e um povo funcionou como instrumento para realizar uma política linguística que atenuasse a diversidade linguística regional e contribuísse para o mito do monolinguismo (OLIVEIRA, 2000). O projeto político-ideológico de construção da nação monolíngue, via legitimação de uma língua nacional, encontrou na Linguística o apoio “científico” de que precisava, de modo que

a contribuição dos estudos linguísticos sempre foi e continua sendo crucial para os processos de estabilização, legitimação e controle das línguas nacionais, seja através do recorte e descrição de um corpus linguístico de referência para o ‘nacional’ da língua, seja através da elaboração de metalinguagens e teorias

que descrevem e explicam o fenômeno linguístico e seu funcionamento, seja através da elaboração de artefatos que dão visibilidade à língua enquanto objeto, tais como gramáticas, manuais, dicionários e atlas linguísticos, por exemplo. (SIGNORINI, 2002, p. 92)

Tendo brevemente contextualizado as condições políticas de emergência da norma padrão escrita no Brasil, com base em Faraco (2008, p. 75), podemos compreender por norma padrão, “uma codificação relativamente abstrata, extraída do uso real, que serve de referência a projetos políticos de uniformização linguística”. Isso significa que a norma padrão não é uma variedade da língua, posto que é fixada artificialmente, resultado de um entrecruzamento de elementos “léxico-semânticos e ideológicos” (2008, p. 75) arraigados desde o século XIX, com base em um padrão lusitano de escrita literária. Apesar dessa conotação ideológica presente na noção de norma padrão, Bagno (2003) posiciona-se favoravelmente ao uso da nomenclatura para se referir a um modelo de língua ideal, em razão de ser uma lei ou norma decretada pelas instâncias governamentais de poder a fim de regular o uso da língua. Ou seja, para Bagno, trata-se de explicitar que a norma é um modelo artificial segundo critérios de determinada classe social e período histórico, revelando a dimensão política de tal conceito.

Vinculado à ideia de norma padrão está o conceito de norma curta. Estabelecendo uma correlação da norma curta com a norma padrão, Faraco (2008) argumenta que a norma curta está associada a uma ideia de norma padrão condizente ao século XIX, repleta de preceitos dogmáticos que não encontram respaldo nem no uso da língua e, sequer, em instrumentos normativos com fontes linguísticas e filológicas. Também denominada de norma estreita, a ideologia da norma curta opera por uma caça aos erros em nome de uma língua portuguesa correta, sendo seu discurso amplamente propagado pela mídia de massa e pela indústria dos cursos preparatórios, como consultórios gramaticais da mídia, cursinhos pré-vestibulares e pré-Enem e manuais de redação de grandes jornais, para mencionar alguns exemplos (FARACO, 2013; 2015). O principal interesse dos defensores da norma curta é legitimar um dado uso da língua com base em um padrão purista de língua e preceitos normativos. Tal discurso, contudo, não deve ser subestimado, pois está fortemente presente na cultura de práticas educativas de ensino da língua portuguesa, bem como nas avaliações do senso comum. A forte propagação de uma “nociva cultura do erro” tem obstruído um debate público sobre a norma culta e a variação linguística, desde o contexto republicano. Nesse sentido, em conformidade com Faraco (2008), é preciso denunciar a norma estreita, o que tentamos fazer na terceira seção deste capítulo, a partir de uma perspectiva contemporânea que dialoga com o percurso histórico de cristalização da discriminação linguística no Brasil.

Em termos políticos, o processo de controle da língua pelo discurso da norma é largamente fomentado pela “cultura de padronização” (SILVERSTEIN, 1991 apud SIGNORINI, 2002), que se refere aos processos e atitudes que incitam à padronização linguística. Todas as manifestações deste processo são ações políticas significativas. Segundo Faraco (2002), tal processo de padronização da língua portuguesa teve, ao longo da história, um efeito curioso no imaginário das comunidades linguísticas no Brasil: a prática de associar a língua ao seu padrão normativo. Ao tomar a norma padrão como referência daquilo que constitui a realidade linguística de uma comunidade, surgem, então, discursos como o de “erro” linguístico e de toda sorte de preconceito linguístico. De acordo com o autor, a confusão a respeito da ideia de norma está tão imbricada no imaginário dos falantes de língua portuguesa que até mesmo os próprios linguistas, ao desenvolverem suas atividades científicas, dificilmente conseguem se desvincular dos imaginários que envolvem os fenômenos linguísticos (FARACO, 2002). A crítica a essa dificuldade da Linguística em separar o fazer científico das concepções culturalmente construídas de língua e de cultura também pode ser encontrada em Signorini (2002) e Milroy (2011).

Uma outra perspectiva de norma é correlata ao que Signorini (2002, p. 108) denomina de polilinguismo, entendido como o uso da língua em suas diversas “formas estratificadas, que tanto se sobrepõem, se mesclam, se contaminam mutuamente, quanto se contrastam, se separam e se redefinem continuamente na/pela ação verbal dos falantes”. Traçando-se um paralelo entre a ideia de polilinguismo e a questão da(s) norma(s), verificamos que, em especial na sociedade brasileira, extremamente estratificada e diversificada, observa-se a existência de inúmeras normas linguísticas, que não podem ser reduzidas a apenas um único grupo. A ideia de norma linguística, portanto, se vincularia às identidades linguísticas de um dado grupo social.

Em diálogo com essa perspectiva, Faraco (2008, p. 40) define norma linguística como “o conjunto de fatores linguísticos que caracterizam o modo como normalmente falam as pessoas”, ou fenômenos linguísticos habituais compartilhados por determinada comunidade. Podemos inferir, ainda, que a norma linguística faz parte de um processo de hibridização, sendo que o contato entre diversas normas suscita mudanças linguísticas. Vemos, aqui, um outro conceito de norma, mais elástico e menos valorativo, em respeito aos diferentes usos linguísticos de uma comunidade.

Nota-se, portanto, que o conceito de norma é variável no interior do próprio campo linguístico: o conceito de estrutura linguística variável desestabiliza os conceitos estáveis de estrutura linguística. Indaga-se em que medida a ideia de uma uniformidade estrutural, presente em certas perspectivas linguísticas, pode deslizar para justificar usos políticos de um discurso de uniformidade linguística

centrada no normativismo gramatical. Este texto não visa explorar essa relação, mas, tão somente, problematizar a relação entre um conceito homogêneo de estrutura linguística e a ideia de norma padrão, estando ambos afetados, de formas diferentes, por uma camisa de força da homogeneização.

Quanto ao conceito de norma culta escrita, Faraco (2008, p. 58) assevera que essa se vincula “ao espectro de práticas socioculturais que constituem o que se pode chamar de cultura letrada em sentido amplo”. Ou seja, trata-se de práticas culturais que envolvem qualquer atividade cujo processo histórico inclua o ato de escrever. A expressão norma culta designa também o “conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita” (FARACO, 2008, p. 73), no qual estão envolvidos mais do que elementos léxico-gramaticais e linguísticos, pois se articulam também às práticas culturais e valores sociais. Constatamos, assim, que a norma culta é heterogênea, pois possui variabilidade nas modalidades escrita e falada e nos diferentes gêneros discursivos. Por exemplo, na expressão culta falada existe grande pluralidade de variação na pronúncia, no léxico, na morfossintaxe; enquanto na norma culta escrita a variação pode ocorrer por conta do grau de planificação e monitoramento do discurso, do gênero escolhido ou exigido, entre outros (FARACO, 2015). A norma culta, portanto, é fruto das relações de poder em uma sociedade, que definem os usos considerados de prestígio. Tais usos, contudo, estão submetidos a processos de variação, diferentemente da visão normativista que defende uma rigidez linguística.

A respeito das diferentes tendências de variação e mudança, Lucchesi (2002) afirma que a avaliação das variantes linguísticas serviria para definir as distintas normas dentro de uma mesma comunidade de fala. O embricamento do conceito de norma linguística e o construto teórico da Sociolinguística Variacionista propiciaram os fundamentos teóricos para visualizar a bipolarização da realidade linguística brasileira em norma culta e norma popular (LUCCHESI, 2002). Neste ínterim, evidenciamos a necessidade de problematizar a escolha por se estudar empiricamente a norma culta enquanto objeto de registro da Sociolinguística Variacionista, pois conforme Faraco (2008), o vínculo de pesquisa científica aos usos relativamente mais monitorados nomeados cultos pode atribuir um valor de prestígio social, produzindo no imaginário dos falantes a representação de que se trata de uma variedade superior às demais.

Resumindo a exposição feita, pode-se dizer que a discussão acerca de norma precisa abarcar no mínimo dois sentidos correlatos: um que se vincula àquilo que é normativo, e outro que se vincula à ideia de normal, ambos vinculados a usos passíveis de descrição e valoração (FREITAG; GORSKI, 2013).

Com vistas a problematizar a ideia de norma culta, na próxima seção apresentamos como a Sociolinguística Variacionista brasileira constrói historicamente

um discurso de norma culta. Em especial, o primeiro esboço da norma culta brasileira foi realizado por meio do Projeto NURC, que desde os anos 1970 vem documentando a variedade de falantes considerados cultos de cinco capitais brasileiras: Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Porto Alegre. Vale ressaltar que o projeto restringia seu corpo de informantes aos falantes que tinham escolaridade superior completa e moravam na zona urbana. Identifica-se, aqui, um primeiro critério de designação da norma culta: seria a variedade de uso corrente por falantes urbanos com escolaridade superior completa, em situações relativamente monitoradas; ou seja, a norma culta seria, pelos critérios do NURC, a variedade que está vinculada às ideias de urbanidade, letramento e estilo mais monitorado. São evidentes os indícios de que norma culta estaria atrelada a uma certa matriz aristocrática, acessível a poucos, ainda mais na década de 1970, em que uma minoria tinha o perfil selecionado (FARACO, 2008).

Tendo apresentado esse panorama sobre as ideias de norma padrão, norma curta, normas linguísticas e norma culta, a seguir é explorado o percurso histórico de construção de discursos acadêmicos sobre a norma culta do português brasileiro. Para tanto, será focado o papel intelectual e político desempenhado pelo Projeto NURC nesse processo.

10.3 A PESQUISA SOCIOLINGÜÍSTICA BRASILEIRA E A NORMATIZAÇÃO DO PORTUGUÊS

O Projeto NURC, conduzido por cinco universidades brasileiras¹, é de importância fundamental para a pesquisa sobre o chamado português brasileiro. Além do vasto banco de dados e das pesquisas que fomentou e fomenta ainda hoje, o NURC inspirou diversos outros projetos igualmente significativos, tais como: Projeto Censo Linguístico do Rio de Janeiro, hoje Programa de Estudos de Usos Linguísticos – PEUL (UFRJ, desde 1972); Projeto de Aquisição da Linguagem (UNICAMP, a partir de 1975); Projeto Variação Linguística no Sul do Brasil – VARSUL (UFPR, UFSC, UFRGS e PUC-RS, desde 1992); Programa de História

¹ O projeto NURC possui nomenclaturas diferentes em cada instituição que hoje o conduz: Norma Linguística Urbana Culta (UFPE) – disponível em: <<http://www.pgletras.com.br/programa-nucleos-nurc.htm>>; Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta no Brasil (UFBA) – disponível em <<https://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/Alib/AlibNurc>>; Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro (UFRJ) – disponível em: <<http://www.lettras.ufrj.br/nurc-rj/>>; Estudo da norma urbana culta da cidade de São Paulo (USP) – disponível em: <http://www.fflch.usp.br/temporarios/lport/index.php?option=com_content&view=article&id=87%3Aartigo-nurc&catid=14%3Acategoria-projeto&Itemid=3>. No Rio Grande do Sul, o banco de dados do NURC hoje está sob a responsabilidade do Projeto VARSUL. Acessos em: 12 fev. 2016.

do Português – PROHPOR (UFBA, desde 1991); Projeto do Atlas Linguístico Brasileiro – ALIB (UFBA, UFJF, UEL, UFRJ, UFRS, desde 1997); Projeto para a História do Português Brasileiro – PHPB (UFAL, UFBA, UFCE, UFMG, UFPB, UFPR, UFPE, UFPO, UFRJ, UFRN, UFSC, USP, UNICAMP, UNESP – Araraquara e São José do Rio Preto, a partir de 1997), entre outros (CASTILHO, 2010).²

Castilho (2010) afirma que, desde 1969, quando foi fundada a Associação Brasileira de Linguística, e a partir de 1972, quando os Programas de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa foram implementados, a instalação da Linguística no Brasil e a profissionalização dos linguistas brasileiros tiveram por foco a busca de uma temática de interesse para o desenvolvimento da cultura nacional. Gradativamente, segundo o autor, os linguistas perceberam o peso de suas responsabilidades sociais e políticas e, mesmo atentos às suas formações teóricas diversas, passaram a pesquisar as variedades do português brasileiro, além de centenas de línguas indígenas brasileiras, bem como as situações de contato linguístico.

O Projeto NURC visava fazer um recorte do amplo feixe de variabilidade linguística brasileira (SILVA, 1996), ao promover a descrição e análise da fala culta e habitual. Para tanto, faz uso de uma documentação sonora em busca de dados precisos sobre a língua portuguesa do Brasil, respeitadas as diferenças culturais de cada região.

Os objetivos do NURC, definidos em 1973 na VI Reunião Nacional, são:

1. Coletar material que possibilite o estudo da modalidade oral culta da língua portuguesa, em seus aspectos fonético, fonológico, morfossintático, sintático, lexical e estilístico.
2. Ajustar o ensino da língua portuguesa a uma realidade linguística concreta, evitando a imposição indiscriminada de uma só norma histórico-literária por meio de um tratamento menos prescritivo e mais ajustado às diferenças linguísticas e culturais do país.
3. Superar o empirismo na aprendizagem da língua padrão pelo estabelecimento da norma culta real.
4. Basear o ensino em princípios metodológicos apoiados em dados linguísticos cientificamente estabelecidos.
5. Conhecer as normas tradicionais que estão vivas e quais as superadas, a

² Vale a pena ressaltar que o NURC surgiu da ideia de se estender o “Proyecto de Estudio Coordinado de la Norma Linguística Culta de las Principales Ciudades de Iberoamerica y de la Peninsula Iberica”, um projeto coletivo de autoria do professor Juan Lope Blanch, da Universidade Autónoma do México. Segundo Silva (1996), foi o professor Nelson Rossi, da Universidade Federal da Bahia, quem apresentou, em janeiro de 1969, durante o III Instituto Interamericano de Linguística, promovido pelo PILEI em São Paulo, o desenho para o NURC no Brasil a partir do modelo mexicano.

fim de não sobrecarregar o ensino com fatos linguísticos inoperantes.

6. Corrigir distorções do esquema tradicional da educação brasileira, entravado por uma orientação acadêmica e beletrista (SILVA, 1996, p. 85).

O NURC, conforme estabelecido em seus objetivos, se propôs inicialmente a coletar material para “ajustar” o ensino da língua portuguesa conforme uma “realidade concreta”, evitando imposições de normas “não reais” e respeitando “diferenças linguísticas e culturais do país”. Notamos que o discurso oficial veiculado pelos objetivos do NURC – bem como a seleção de procedimentos subsequentes – representa aspectos políticos significativos, nos quais “a linguagem e a política se articulam e coabitam em uma mesma posição, assim como a representação [pretendida] se articula, simultaneamente, com a linguagem e com a política” (RAJAGOPALAN, 2002, p. 32).

A escolha pela não imposição linguística e pelo respeito à diversidade no campo da pesquisa sociolinguística é uma atitude política com pretensão anticolonialista, por não seguir um padrão externo. Esse padrão, de caráter europeu literário, foi adotado por políticas *top-down* (políticas oficiais, ou realizadas “de cima para baixo”) de imposição da norma lusitana que reforçaram os ideais coloniais, em desrespeito às representações linguístico-culturais diversas. Além disso, a sistematização científica – por meio de uma metodologia amplamente compartilhada de levantamento e codificação dos dados – possibilitou, a médio prazo, a emergência de um discurso acadêmico robusto e com força política em torno do português brasileiro.

Levando em consideração o contexto histórico em que os objetivos do NURC foram organizados e publicados, o Brasil vivia um momento em que a ditadura militar atingia seu ápice de repressão com o governo Médici (GASPARI, 2002). Uma postura a favor da pluralidade linguística, nesse contexto, ainda que com ações aparentemente “tímidas”, é de fato extremamente significativa e de vanguarda. Os objetivos do Projeto NURC assumem uma postura política em diálogo com uma política linguística *bottom-up* (políticas não oficiais, ou seja, “de baixo para cima”), na medida em que privilegiam as práticas linguísticas diversificadas de certos cidadãos brasileiros.

Fica clara aqui uma intenção de política de intervenção a longo prazo no campo educacional condizente com uma realidade linguística concreta em que os falantes, localizados sócio-historicamente, tenham seus usos linguísticos reconhecidos. A consideração dos usos linguísticos cotidianos funciona no embalo de uma política de representação política que, segundo Rajagopalan (2002, p. 33), “não se fundamenta na determinação, pelo contrário, se constitui sempre na combinação de um posicionamento em função dos aspectos sócio-históricos [...] de maneira a haver uma representação em nome de alguém”.

A escolha da variedade linguística a ser pesquisada pelo NURC, contudo, não é neutra, mas implica em um posicionamento político, uma vez que “as escolhas são feitas, visto que se classifica, por intermédio da linguagem, a realidade social, a fim de se posicionarem em função de uma política que represente interesses, conveniências, relações de poder e de dominação” (RAJAGOPALAN, 2002, p. 34). Os condutores do Projeto NURC escolheram estudar uma norma, delimitando seu foco na variedade oral, de concentração urbana e em um nível culto, com vistas a sua sistematização para fins educacionais. Todas essas escolhas constituem posicionamentos políticos bem definidos, os quais, como quaisquer outros, trazem ônus e bônus. Como efeitos das escolhas realizadas pelo NURC estão questões relativas ao prestígio, estigmatização e preconceito linguístico.

Rajagopalan (2002, p. 26) destaca, ainda, que o conceito de língua muitas vezes adotado nas pesquisas linguísticas “antes mesmo de qualquer verificação empírica, não admite qualquer possibilidade de que as línguas encontradas no mundo real [...] possam evidenciar instabilidades, não passageiras, mas estruturais e constitutivas”. Agindo assim, torna-se quase insustentável, segundo o autor, o conceito clássico de língua homogênea, uma vez que este reforça o mito da autossuficiência linguística, mascarando a diversidade dos falantes e falares. Essa contestação a um padrão homogêneo de língua é compartilhada pelo Projeto NURC, que se apoia teoricamente no conceito coseriano de “norma real”, o qual abarca “o que se disse e tradicionalmente se diz na comunidade considerada, admitindo variações externas, sociais ou regionais, e internas, combinatórias e distribucionais”.³

A opção do NURC pelo levantamento da norma culta falada coloca em relevo o papel da oralidade na construção da norma culta brasileira, estremecendo a visão tradicional da norma padrão lusitana centrada em dados de escrita. Além disso, o NURC declara a sua intenção de intervenção no sistema educacional – obviamente no tocante ao ensino de língua portuguesa – com o objetivo de ajustar aquilo que se entende descontextualizado, imposto e irreal. Ou seja, trata-se de propor uma sistematização da norma culta urbana brasileira centrada em práticas orais que terão um efeito sobre a norma linguística utilizada em práticas letradas. Nesse sentido, o NURC criou condições para se considerar o papel de uma certa oralidade na construção de um discurso pedagógico de norma culta, descentrando o lugar dos letramentos na configuração de um discurso escolar.

Contemporaneamente, o olhar político comprometido com a democracia e a pluralidade social problematiza a questão da “correção” a partir daquilo que

³ Projeto Para uma História do Português do Brasil (UFRJ) – disponível em: <<http://www.lettras.ufrj.br/nurc-rj/>>. Acesso em: 12 mai.2015

é “cientificamente estabelecido” – como a prova do Enem –, temas igualmente presentes nos objetivos do NURC. Maior complexidade, contudo, surge quando esse nível de “correção” é buscado por meio de políticas públicas superficiais para o ensino, que pouco alcançam o cerne dos problemas. Há que se considerar, contudo, que tais políticas públicas têm algum embasamento teórico, o que significa considerar o papel ideológico das visões teóricas na produção de políticas educacionais. Nesse sentido, Milroy (2011, p. 50) defende que “a teorização linguística está permeada de influências ideológicas, e a objetividade científica, geralmente reivindicada para o empreendimento, é, por essa razão, altamente suspeita”. Isso significa que é preciso considerar os usos políticos feitos e justificados pela Teoria Linguística, seja ela qual for.

No âmbito das políticas linguísticas, Castilho (2010, p. 6) explica que apesar da inabilidade do Estado de legislar sobre a questão linguística e das impossibilidades práticas de um modelo político linguístico ser aplicado, tem-se que “vez ou outra [o Estado] decide gerir a língua oficial por meio de leis, e aqui temos desde as ‘leis que quase pegam’, como as dos acordos ortográficos, até as ‘leis que não pegam de jeito algum’, como aquelas que pretendem defender a pureza do idioma pátrio”. O autor defende a ideia de que “aceitar ‘o modo brasileiro de usar a Língua Portuguesa’ é exatamente o que aparece [...] nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa [...] do Ministério da Educação” (CASTILHO, 2010, p. 7). O posicionamento de Castilho revela o papel político dos linguistas no debate público sobre o ensino de língua portuguesa.

Todavia, esse modo brasileiro tende a assumir uma homogeneidade irreal nos discursos oficiais e consiste em grande paradoxo educacional e político, tanto para os propósitos anticolonialistas presentes nas diretrizes do NURC, quanto na forma como o currículo escolar e/ou o Exame Nacional do Ensino Médio são planejados e conduzidos. Castilho destaca, ainda, que, sem um conhecimento do funcionamento da língua portuguesa no mundo,

Parece estéril seguir discutindo velhos temas tais como que variedade ensinar, se a língua ainda preserva sua unidade etc. Unidade na variedade? Variedade com unidade? Por que manter esta última questão em nossa agenda? Tudo o que ela tem proporcionado é excitar nacionalismos tão anacrônicos no mundo atual, trazer à tona velhas rixas dos tempos coloniais, e – o que é pior – adiar novamente a configuração e execução de uma urgente e necessária agenda positiva para o mundo lusófono. Enquanto isso, o ensino continuará padecendo pelo desconhecimento do quê ensinar (CASTILHO, 2010, p. 23).

Decorre daí que há uma cisão política entre as pesquisas feitas em contextos acadêmicos sobre a variabilidade do português brasileiro e os usos pedagógicos

e políticos desses estudos. A variabilidade linguística – sinalizada pelo NURC – parece se submeter a um novo discurso de homogeneização irreal, tão impróprio como se a norma de um Português Europeu fosse mantida e cobrada pelo sistema educacional brasileiro. É preciso, além disso, que as pesquisas dialoguem não apenas com as esferas pedagógicas e políticas, mas que considerem as dinâmicas do mundo contemporâneo, conforme adverte Rajagopalan (2002, p. 26-27): ao fazer “vista grossa às mudanças geopolíticas em curso no mundo inteiro, mudanças com resultados concretos plenamente visíveis a olho nu, a Linguística de hoje mostra sinais de querer se enclausurar em uma torre de marfim”.

A normatização objetivada pelos propósitos do NURC cumpriu importante papel político-linguístico em um cenário repressor e com ressonâncias coloniais. Entretanto, o avanço das pesquisas sócio-político-linguísticas no Brasil exige, também, enfrentamentos condizentes com o novo contexto e uma reformulação ou ampliação de postulados e conceitos teóricos, bem como de bancos de dados e instrumentos metodológicos. Tal ampliação e reformulação tem sido alvo de pesquisas e reflexões acadêmicas por diferentes pesquisadores da Sociolinguística brasileira.

Na seção a seguir são considerados alguns discursos contemporâneos da mídia jornalística sobre a norma do português, com vistas a realçar o papel político das apreciações sociais puristas em dissonância com as pesquisas acadêmicas instauradas pelo NURC nos anos 1970 e com as propostas educacionais governamentais. Trata-se de exemplificar a maneira como as pesquisas que têm se debruçado sobre a variação do português brasileiro ainda são deslegitimadas na cena pública por meio de ideologias normativistas e puristas. Ou seja, embora o NURC tenha se constituído como uma proposta arrojada nos anos 1970, as resistências a essa proposta ainda ressoam em discursos preconceituosos e conservadores contemporâneos.

10.4 O DISCURSO DA MÍDIA SOBRE A NORMA: SENSO COMUM E DISTORÇÃO IDEOLÓGICA

De acordo com Faraco (2002), as avaliações, os imaginários e as ideologias que circulam socialmente a respeito da ideia de norma linguística são fortemente perpetuados pelo discurso midiático. Nesse sentido, muitos autores, dentre eles Faraco (2002), Milroy (2011) e Possenti (2013), têm discutido o tratamento conferido à questão da norma pelo discurso midiático, especialmente quanto a uma perpetuação da “ideologia do padrão”. Conforme nota Faraco (2002), nos últimos anos a questão da norma padrão voltou a ter proeminência nos meios

de comunicação social, que se ocupam da tarefa de vigiar a “pureza do idioma”. Vemos, portanto, que as heranças do século XIX ainda ressoam entre nós.

No entanto, recentemente, o velho discurso de que a língua portuguesa “vai mal” deixou de culpar apenas os falantes de português pela “decadência em que se encontra a língua” e passou a culpar também os linguistas. Duas polêmicas recentes – a do livro didático “Por uma vida melhor”⁴ e a nota 1000 do Enem para redações que apresentavam “erros de português”⁵ – envolveram os linguistas, que foram acusados de incentivar o erro gramatical. Partindo de tais polêmicas, que geraram muitos debates tanto na mídia profissional quanto nas redes sociais no período em que aconteceram, buscamos fazer uma pesquisa, usando o Google como instrumento de busca, daquilo que atualmente a mídia tem dito sobre norma. Para isso, buscamos expressões tais como “erro de português e enem” ou “variação linguística no enem”. O resultado foi um conjunto de reportagens, sobretudo veiculadas pelo jornal *O Globo*, cujo objetivo era, paradoxalmente, atacar o trabalho e a ética dos sociolinguistas defensores da variação linguística.

Porém, as acusações encontradas nas reportagens (apresentadas a seguir) não se baseiam apenas em critérios linguísticos. Elas vão além. Os linguistas estão sendo acusados agora – e usamos o verbo ‘acusar’ porque a denotação é de “cometer um crime”, no caso, contra o idioma pátrio – de incutir uma ideologia (de esquerda) na elaboração dos exames dos quais participam. As acusações são muitas: relativismo excessivo, demagogia, dogmatismo, esquerdismo, petismo, lulismo e, por fim, doutrinação ideológico. Em uma reportagem de 2014, intitulada “Acadêmicos atacam doutrinação no Enem”, por exemplo, o jornal *O Globo* traz o depoimento de professores de universidades públicas, especialistas na área, que afirmam que as questões das últimas provas do Enem têm refletido a ideologia dos governos do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, do PT.

Os especialistas citados na reportagem – como o professor de Linguística da UERJ, Claudio Cezar Henriques – argumentam a respeito da existência de um

⁴ Em 2011, a publicação do livro *Por uma Vida Melhor*, da coleção “Viver, aprender”, distribuída pelo Programa Nacional do Livro Didático do MEC, gerou uma enorme repercussão na mídia por trazer exemplos como “nós pega o peixe” e “a gente pega o peixe”, afirmando que tais enunciados se tratavam de variações da língua. É importante observar que o grande “barulho” feito pelos jornais de que “o livro ensina a falar errado” recebeu dos linguistas quase que um silêncio como resposta. Apenas alguns linguistas como Sírio Possenti (2002), Carlos Alberto Faraco (2011) e Marcos Bagno (2011) se manifestaram publicamente sobre o assunto, enquanto poucas associações, como a Associação Brasileira de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB) e a Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) lançaram notas se posicionando a respeito.

⁵ Em 2013, a polêmica girou em torno de redações que receberam nota máxima no Enem e que apresentavam desvios gramaticais considerados “graves”. Dessa vez, a mídia questionou o rigor e os critérios de avaliação do Inep em relação à redação pedida no exame. A polêmica foi tamanha que no ano seguinte o MEC e o Inep anunciaram que o Enem sofreria um maior rigor em relação à norma culta.

direcionamento ideológico na elaboração das últimas provas do Enem. Segundo consta na reportagem, os temas das questões dos exames realizados durante o governo Dilma têm, constantemente, feito apologia às políticas governamentais, como é o caso das perguntas envolvendo as políticas raciais de ação afirmativa que marcaram as políticas sociais dos governos petistas. Sobre a polêmica da prova de Linguagens, Claudio Henriques, que é professor titular do Instituto de Letras da UERJ, tece a seguinte crítica à prova:

a equipe que elabora a prova de Linguagens é de Sociolinguística, trabalha com variação linguística, não é de Português. A prova tem que usar textos e questões que envolvam a esfera acadêmica e a linguagem padrão contemporânea. Mas, às vezes, o texto traz no conteúdo uma ideologia de interesse dos partidos políticos que comandam a banca do Enem (O GLOBO, 2014).

Em 2012, na reportagem do O Globo intitulada “Enem faz a mesma pergunta oito vezes”, o jornalista Lauro Neto discorre sobre o “excesso” de questões sobre variação linguística na prova de Linguagens. Na reportagem, novamente o professor e especialista Cláudio Cezar Henriques afirma ser “lamentável que provas desse tipo deem tanto destaque a textos que mostram usos populares de nossa Língua”. Segundo Henriques, “isso é desperdício de tempo ou pior, demagogia linguística”. No artigo “Enem e nem tanto”, publicado em *O Globo*, em 2012, Jerônimo Rodrigues de Moraes Neto – também professor da UERJ – se refere à atitude dos linguistas como ideológicas e dogmáticas. Nas palavras do autor,

sabemos que o discurso ideológico é um discurso dogmático, não crítico, que resiste à interpretação, que é incapaz de explicitar seus fundamentos, de apresentar suas justificativas. Parece-nos que determinados linguistas e outros profissionais de áreas humanas se servem deste assunto para, inclusive, nivelar o uso da língua pelo registro popular (MORAES NETO, 2012).

Em alguns comentários nas páginas onde essas reportagens foram divulgadas, apareciam afirmações como “a língua que deve ser usada agora é o ‘lulês’ ou “estão querendo que falemos ‘pobrema’ como o presidente”. Um último e mais recente exemplo do discurso de ataque aos sociolinguistas que vem circulando nos meios de comunicação é o artigo do professor da USP, Aldo Bizzocchi, intitulado “Quando a ciência vira alquimia”, publicado na Revista Língua Portuguesa, na edição de março de 2015. De acordo com Bizzocchi, a ciência pauta-se nos princípios da objetividade, da neutralidade e da imparcialidade. Porém, embora a Linguística tenha se firmado como ciência no início do século XX, “muito do que

se publica hoje a respeito de língua resvala no juízo de valor, na subjetividade e tendenciosidade em detrimento dos fatos objetivos” (BIZZOCCHI, 2015). Para o autor, a teoria da variação linguística, ao relativizar a questão do erro gramatical,

muniu os ideólogos de plantão com argumentos que, para contestar a norma vigente, fazem apologia da fala popular e não escolarizada; para defender uma pseudodemocracia linguística, legitimam o desrespeito à gramática, vista como instrumento de repressão a serviço das classes dominantes; e assim por diante (BIZZOCCHI, 2015, p. 60).

Esses exemplos nos servem para refletir a respeito dos diferentes discursos que circulam socialmente sobre norma e o papel que eles desempenham na legitimação dessa mesma norma enquanto ideologia hegemônica. Primeiramente, é preciso compreender que o discurso proferido pela mídia sobre língua e norma está arraigado em um senso comum, ou ainda, naquilo que Milroy (2011) identifica como a “cultura ou ideologia da língua padrão”. De acordo com esse autor, um dos efeitos da padronização das línguas tem sido o desenvolvimento de uma crença, entre os falantes, em uma forma de língua “correta”, canônica. A “crença na correção” funciona da seguinte forma: quando houver duas variantes, somente uma deve estar certa, somente uma é legítima.

Além disso, no senso comum, não há um questionamento sobre a norma. Não há necessidade de justificativa para o certo/errado, já que eles são entendidos como algo óbvio, como verdade absoluta. Como salienta Milroy, se essa é uma crença fundada no senso comum, debatê-la torna-se supérfluo “e os que vierem a discordar dela não podem ser levados a sério: é provável que sejam excêntricos, irresponsáveis ou, talvez, desonestos” (MILROY, 2011, p. 58). Assim, embora as atitudes do senso comum sejam ideologicamente fundamentadas, seus defensores não as veem como ideológicas, justamente porque, sendo do senso comum, estão naturalizadas como verdades. Portanto,

as pessoas não associam necessariamente esses juízos com preconceito ou discriminação em termos de raça ou classe social: elas acreditam que, sejam quais forem as características sociais dos falantes, estes simplesmente usaram a língua de um modo errado e que existe para eles a possibilidade de aprender a falar corretamente (MILROY, 2011, p. 59).

Acredita-se que, se a variedade canônica não for zelada e protegida, a língua irá declinar e decair, em uma espécie de visão apocalíptica. Milroy chamou isso de “tradição da queixa”. Diante de uma verdade óbvia, arraigada há séculos, os linguistas profissionais, ao se oporem a essa visão, são vistos como “parte

da poderosa e subversiva conspiração que explora formas degradadas da língua para seus próprios fins” (MILROY, 2011, p. 61). Assim, são as opiniões públicas que, ao serem amplamente divulgadas e aceitas, tanto constituem a ideologia do padrão como são constituídas por ela. Profundamente enraizadas, tais crenças ideológicas não podem ser ignoradas pelos linguistas. Segundo Milroy (2011, p. 62), se dissermos às pessoas algo diferente daquilo em que elas acreditam firmemente, “elas desconfiarão de nós e rejeitarão o que dizemos”. Ou pior, “se os linguistas afirmarem que todas as variedades são gramaticais (o que elas, é claro, são) suas opiniões serão interpretadas **como ideológicas e não como linguísticas**” (2011, p. 62, grifo nosso)

Sírio Possenti, no texto intitulado “Especialistas?” – publicado no Instituto Ciência Hoje, em 2013 – questiona a supervarolização da opinião dos especialistas que são, geralmente, ouvidos pelos jornais, TVs etc. Possenti (2013) considera que, para a mídia em geral, quanto mais o especialista souber de questões de língua, de gramática, de escrita, de ensino de escrita, entre outros, melhor e maior também é o grau de certeza e, portanto, de veracidade do especialista. Desse modo, o especialista cumpre o papel de confirmar e dar legitimidade ao jornalista, conferindo argumentos de autoridade. Esse foi o recurso argumentativo e retórico utilizado pelos exemplos aqui citados: recorre-se à voz de autoridades no assunto, já que estes, por serem autorizados a falar sobre língua, legitimam a notícia jornalística.

Ainda segundo Possenti (2013), o discurso que concebe a variação linguística como uma posição de esquerda e associada a uma política ligada ao PT revela uma insuficiência de leitura sobre a área. Como bem lembra o autor, “acaso Labov, linguista norte-americano considerado fundador da Sociolinguística Variacionista, é de esquerda?”. Além disso, as concepções de escrita e avaliação adotadas pelo Enem, pelos livros didáticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), embora nem sempre sejam as mesmas e constituam por si só um campo de debate na academia⁶, derivam de pesquisas acadêmicas realizadas há muitos anos, não apenas no Brasil. Negar a cientificidade de todo um conjunto de pesquisas, desenvolvidas ao longo de décadas por investigadores do mundo todo, atribuindo-lhes um valor subjetivo e doutrinário, nada mais é do que doutrinamento.

Estamos, portanto, diante de uma distorção ideológica. De acordo com Konder (2002), a distorção ideológica não corresponde a uma mentira pura e simples. Ela pressupõe um conhecimento (verdadeiro) que é distorcido ou camuflado. Para Bosi (2012), a ideologia está sempre “a meio caminho entre a

⁶ Sobre as divergências e tensões que existem entre as diferentes diretrizes curriculares de avaliação e as diferentes diretrizes acadêmicas, sugerimos a leitura de Freitag (2014).

verossimilhança e a mentira”, e a fala enganadora usa da verossimilhança para tentar se passar por verdadeira. Em seu polo oposto, a contraideologia se esforça por “desmascarar o discurso astucioso, conformista ou simplesmente acrítico dos forjadores ou repetidores da ideologia dominante” (BOSI, 2010, p. 394-395).

Duas estratégias utilizadas pela mídia podem ser apontadas como fundamentais para distorcer a realidade mutável e variável da língua. A primeira delas é justamente a autorização do senso comum e, portanto, a desautorização do discurso que vai contra a ideologia dominante. Enquanto instituição social, a mídia, ao dar voz a especialistas autorizados, que, por sua vez, distorcem o discurso dos linguistas, consegue legitimar um discurso que, embora esteja fundamentado no senso comum, é circulado como verdade, como científico. A segunda estratégia é a inversão, um drible argumentativo em que a vítima torna-se culpado e o culpado torna-se vítima. Desse modo, ao acusar a Linguística de doutrinação ideológico, a mídia, representando o discurso dominante, consegue, por meio de um drible argumentativo, desautorizar um discurso contra-hegemônico ou contraideológico, e legitimar a ideologia hegemônica, reiterando o seu *status* de verdade. O discurso dos jornalistas e dos especialistas dos quais eles se valem inverte e mascara a lógica de dominação, perpetuando a cultura do padrão e as consequências sociais que dela decorrem. Ignorar os dizeres sociais da mídia e do senso comum sobre a língua, uma prática comum feita pelos linguistas, esse sim é um erro a ser problematizado.

10.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que tanto o Estado brasileiro quanto as pesquisas sociolinguísticas têm se dedicado à organização político-linguística do ensino de língua materna no Brasil, ainda que nem sempre visando os mesmos objetivos. Além disso, em se tratando de ações políticas pretendidas, as ideologias que conduzem os discursos e as intenções nem sempre permitem que a coerência pretendida por ambos – Estado e academia – seja semelhante. Castilho (2010) aponta para uma inabilidade estatal na gestão das políticas linguísticas e também para a complexidade e os riscos do ensino de uma única norma. Esta questão é também defendida por Faraco (2008; 2015), Freitag e Görski (2013), além de tantos outros linguistas, que propõem o ensino das diversas normas – escritas e faladas – que circulam na sociedade, o que ratifica as propostas da pesquisa sociolinguística dos anos 1970, organizadas pelo NURC.

Ainda que o governo brasileiro tenha construído suas Diretrizes Curriculares levando em consideração a diversidade linguística existente no país, o Enem, que na opinião de Castilho representa uma “tendência a fazer das avaliações uma estratégia de administração do ensino” (2010, p.15), não tem sido politicamente

conduzido com esse propósito, servindo também – quase que principalmente – como avaliação do estudante. Essa escolha (política) é, na visão de Castilho (2010), um equívoco e, por seguir um plano político governamental partidário, provoca reações nem sempre positivas da academia, as quais são exploradas arbitrariamente por uma mídia oposta ao governo. Bagno (2015) ressalta que a resistência à manipulação da mídia precisa ser bem fundamentada teoricamente pelos elaboradores de exames oficiais de avaliação, evitando, assim, as distorções ideológicas praticadas. Tal resistência é perpassada, entre outros aspectos, pela clareza e pela coerência conceitual em torno da norma do português brasileiro. Como vimos neste capítulo, tal clareza é relativa, uma vez que o conceito de norma é polissêmico e politicamente investido.

O que fica após essa discussão é a relevância de se articular de forma mais propositiva um diálogo entre a Sociolinguística e a política linguística, buscando uma coerência argumentativa, democrática e política para a organização do ensino de língua portuguesa no Brasil. Esse processo envolve não apenas a tradição de pesquisa sociolinguística, mas também a consideração dos usos políticos feitos das pesquisas acadêmicas. Conforme Faraco (2008), seria mais apropriado deixarmos de lado os projetos padronizadores, direcionando o foco das pesquisas para o que efetivamente interessa: de um lado, a descrição e a difusão das variedades faladas e escritas; de outro, o combate aos preceitos da norma estreita ou curta que desqualificam a língua portuguesa brasileira e os seus falantes. Cabe, portanto, ao linguista problematizar o lugar que (não) ocupa na cena pública.

10.6 REFERÊNCIAS

BAGNO, M. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. *Polêmica ou ignorância?* 2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/polemica-ou-ignorancia>>. Acesso em: 25 maio 2015.

_____. Variação, avaliação e mídia: o caso do Enem. In: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. (Org.). *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 191-30.

BIZZOCCHI, A. Quando a ciência vira alquimia. *Revista Língua Portuguesa*, São Paulo, v. 9, n. 113, p. 60-61, março de 2015.

BOSI, A. *Ideologia e contraideologia: temas e variações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CASTILHO, A. T. DE. Uma política linguística para o português. 2010. Disponível em: <http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/colunas_interna.php?id_coluna=17>. Acesso em: 28 maio 2015.

COSERIU, E. *Sistema, norma y habla*. Montevideo: Universidad de la Republica, 1952.

FARACO, C. A. *Polêmica vazia*, (2001). Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/polemica-vazia-4etbso9uhn84b75zwtmzsp3i>>. Acesso em: 28 maio 2015.

_____. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 35-56.

_____. *Norma culta brasileira*: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. (Org.). *Pedagogia da variação linguística*: língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 15-30.

FREITAG, R. M. K. Prova de redação do Enem: divergências entre as orientações para a prática e as diretrizes de avaliação. *Interdisciplinar*, Aracaju, v. IX, n. 20, 2014, p. 61-72.

FREITAG, R. M. K.; GÖRSKI, E. M. O papel da Sociolinguística na formação dos professores de língua portuguesa como língua materna. In: TAVARES, M. A.; MARTINS, M. A. (Org.). *Contribuições da Sociolinguística e da Linguística Histórica para o ensino de língua portuguesa*. Coleção Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino, volume V. Natal: EDUFRN, 2013. p. 13-52.

GASPARI, E. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GLOBO, O. *Acadêmicos atacam “doutrinação” do Enem*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/academicos-atacam-doutrinacao-do-enem-14546063>>. Acesso em: 15 maio 2015.

KONDER, L. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LUCCHESI, D. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 63-90.

MILROY, J. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In: LAGARES, X.; BAGNO, M. (Org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011. p. 49-87.

MORAES NETO, J. R. Enem e nem tanto. In: O Globo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/vestibular/enem-nem-tanto-6788624>>. Acesso em: 15 maio 2015.

NETO, L. Enem faz a mesma pergunta oito vezes. In: O Globo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/vestibular/enem-faz-mesma-pergunta-oito-vezes-6679643>>. Acesso em: 15 maio 2015.

OLIVEIRA, G. M. DE. Brasileiro fala português: monolinguismo e preconceito linguístico. In: MOURA, H. M. DE; SILVA, F. L. DE (Org.). *O direito à fala*: a questão do preconceito linguístico. Florianópolis: Editora Insular, 2000.

PAGOTTO, E. G. *Norma e condescendência: línguas instrumentos linguísticos*. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-68.

PINTO, E. P. (Org.). *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos – 1820/1920*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

POSSENTI, S. *Aceitam tudo*. [S.l.: s.n.], 2009. Disponível em: <<http://entretenimentoar.terra.com.ar/oscar/2009/interna/0,,OI5137669-EI8425,00.html>>. Acesso em 25 maio 2015.

_____. *Especialistas?* Rio de Janeiro: Instituto Ciência Hoje, 2009. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/palavreado/especialistas>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em Linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? Tradução de Almiro Pisetta. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e Identidade*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 1998. p. 21-45.

_____. A construção de identidades e a política de representação. In: FERREIRA, L. M. A.; ORRICO, E. G. D. (Org.). *Linguagem, identidade e memória social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 77-87.

SIGNORINI, I. Por uma teoria da desregulamentação linguística. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p.85-114.

SILVA, L. A. DE. Projeto NURC: Histórico. *Linha D'água*, São Paulo, n. 10, p. 83-99, jul. 1996.